

## OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

**Milko Matijascic**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Consultor de pesquisas e parecerista em diversas instituições brasileiras e internacionais. *E-mail*: <milko@ipea.gov.br>.

**Carolina Esther Kotovicz Rolon**

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. Pesquisadora associada do Centre de Recherche Émile Durkheim em Bordeaux. Consultora de pesquisa para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund – UNICEF) e para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO). *E-mail*: <carolina.rolon@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2753>

Os resultados das pesquisas já realizadas até o momento apontam gargalos na valorização docente. Nos relatórios de acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), as principais conclusões sobre os indicadores das Metas 15, 16, 17 e 18, relativas aos docentes, apresentaram avanços entre o período analisado, com desigualdades entre regiões, Unidades da Federação, localização urbana e rural, etapas e redes de ensino.

Excetuada a proporção de professores com pós-graduação, prevista pela meta 16, todos os demais quesitos apresentaram uma evolução lenta entre 2015 e 2019, sendo difícil afirmar que as metas 15, 16 e 18 do PNE sejam atingidas em 2024, mantida a velocidade da evolução até 2019. Isso afeta a situação da meta 4.c dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A evolução dos indicadores em termos de valorização dos professores ainda precisa adquirir mais velocidade. Além da proporção dos contribuintes para a previdência se manter quase inalterada, a evolução dos salários foi limitada. Os resultados positivos apresentados não refletem iniciativas formais, tendo, antes, refletido a piora das condições da economia e o rebaixamento dos salários reais em situação de crise. Isso não ocorreu, na mesma medida, para professores da rede pública.

Ao considerar os efeitos de condições de trabalho dos professores do ensino básico, e de sua evolução entre 2015 e 2019, a situação para o Brasil teve uma evolução insuficiente em termos de jornada de trabalho e estacionária em relação ao número de escolas em que atuam. Para piorar, houve uma ligeira deterioração em termos de acumulação do número de turmas. Em outras palavras, as dificuldades não foram removidas e os desígnios do PNE e do ODS 4 não foram atendidos, deixando entrever o não cumprimento das metas em 2024 e mesmo em 2030, caso não ocorra uma inflexão de rumo. A situação da pandemia ainda não foi analisada, mas, seguramente, não deve ter gerado essa inflexão. O resultado disso é que as escolas ainda possuem um desempenho frágil em termos de condições de trabalho e, por conseguinte, de aprendizagem.

A legislação brasileira avançou desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira em 1996 ao incluir critérios objetivos para a valorização do professor da educação básica, com a fixação do Piso Salarial Profissional Nacional, especificadas em quatro metas do PNE de 2014. O ODS 4, por sua vez, fixa uma meta de formação docente, que também é objeto da meta 15 do PNE.

# SUMEX

De 2015 a 2019, aumentou o percentual de professores com formação superior para ministrar aulas na educação infantil e no ensino fundamental anos iniciais, apresentando as melhores taxas no ensino básico. Todavia, as desigualdades regionais são significativas: as regiões Centro-Sul superam os 70% de docentes com formação superior, enquanto no Nordeste esse percentual é de 52,7%.

No ensino fundamental anos finais e no ensino médio, os professores devem ter formação específica nas disciplinas que leciona. No ensino médio, uma atenção especial deve ser direcionada ao Nordeste e Centro-Oeste, que apresentavam taxas de adequação docente pouco acima de 50%, em 2019, e uma evolução tímida do indicador entre 2015 e 2019. O ensino fundamental anos finais apresentou os piores resultados de adequação docente, com desigualdades regionais significativas.

O PNE visa estimular o aperfeiçoamento docente ao estabelecer que metade dos professores da educação básica seja pós-graduado em 2024 e a meta deve ser atingida. Já o acesso à formação continuada foi de 40% em 2019, distante da meta de 100%.

Quanto à formalização das condições de trabalho dos professores da educação básica, a quase totalidade de municípios conta com um plano de carreira, mas cerca de um quarto dos municípios não cumpre o piso salarial nem destina um terço da carga horária dos professores para atividades de preparação e correção.

A jornada de trabalho de 40 horas representou a moda estatística em 2019, mas aumentou o percentual de professores que trabalham mais do que isso, atingindo níveis consideráveis no Sudeste. Este fato está relacionado à desvalorização do salário do professor, que sente a necessidade de elevar o total de horas trabalhadas para aumentar o seu rendimento. A longa jornada de trabalho prejudica a saúde e o desempenho do docente.

A medida utilizada pelo PNE para acessar a valorização do salário do professor é compará-lo com o salário dos demais profissionais com ensino superior. As diferenças regionais e entre as redes de ensino são significativas. A maior valorização relativa do salário do professor é a da rede estadual no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os menores se encontravam na rede privada em 2019.

Um indicador de boas condições de trabalho docente, a estratégia 17.3 do PNE, é cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar. Na educação infantil e anos iniciais, 78% dos professores atuam em apenas uma escola. Os valores mais baixos, 74% e 77% nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente, encontram-se justamente nas regiões onde o salário docente é o menos valorizado. O percentual de professores da educação infantil e do ensino fundamental anos iniciais, responsáveis por uma única turma, estava em torno de 60% em 2019.

No ensino fundamental anos finais e no ensino médio, três quartos dos professores atuavam em uma única escola em 2019. O indicador é inferior nas redes públicas das regiões Sul e Sudeste, apontando para a lógica da multiplicação de funções para aumentar o rendimento. O número de turmas que os professores das etapas finais da educação básica assumem é maior, o que está em consonância com a lógica da especialização das disciplinas nessas etapas. A dispersão também depende do peso da disciplina no currículo dessas etapas escolares.

Para poder atingir as metas do PNE e dos ODS e promover melhorias nas condições de vida dos professores e na qualidade dos conteúdos apresentados em sala de aula, as mudanças precisam se acelerar bastante, o que parece um tanto incerto em meio a uma conjuntura econômica marcada por uma crise profunda e deterioração da renda das famílias, empresas e do próprio Estado em todas as suas esferas de governo, dificultando sobremaneira o processo de desenvolvimento no Brasil.